

HISTÓRIA & DOCUMENTO E MÉTODO DE PESQUISA

Ricardo Marques de Mello¹

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. **História & Documento e método de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 168 p. – (Coleção História &... reflexões, 10).

Dando seqüência à lista de títulos da coleção *História &... reflexões*, a Editora Autêntica lançou, em 2007, o livro *História & Documento e metodologia de pesquisa*, de Eni de M. Samara e Ismênia S. S. T. Tupy. Trata-se de tema complexo e, simultaneamente, fundamental para se *refletir* a respeito do ofício de historiador e da operação que lhe caracteriza, a transformação dos registros pretéritos em historiografia de um dado presente. Longe de ser simples e atemporal, a relação entre documento, método e historiador está circunscrita a um conjunto de fatores com os quais o próprio *métier* obtém ou se priva de legitimidade e sem o qual ele perderia parte de seu poder de atração. Um número considerável de autores contemporâneos interessou-se por essa tríade, por vezes incluindo outros aspectos, partindo de pressupostos e com finalidades diferentes. Ainda assim, os debates em torno dela promoveram e promovem intensas divergências, sobretudo acerca dos critérios a partir dos quais se poderia considerar um texto historiográfico digno de cientificidade e reconhecimento acadêmico. Sendo assim, torna-se oportuno pensar, em conjunto, a História, o documento e o método de pesquisa, especialmente por intermédio de duas historiadoras cujas experiências de arquivo e escrita mostram-se profícuas e as habilitam a penetrar terreno sujeito às tortuosidades da profissão.

Ismênia S. S. T. Tupy é pesquisadora do *Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina* (CEDHAL). Concluiu seu doutorado em História Econômica em 2004 na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Eni de M. Samara, cujo título é *Retratos femininos: gênero, educação e trabalho nos censos demográficos. 1872-1970*, o qual se encontra no prelo. Eni de Mesquita Samara tem extensa trajetória acadêmica. Com formação em história na USP (graduação, mestrado e doutorado) participou ativamente de presidências de Instituições ligadas à categoria, tais como a do CEDHAL, da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), além de ter assumido a direção do Museu Paulista da USP, e vice-direção da Faculdade

¹ Mestre em História pela UNB. Doutorando em História pela mesma instituição. Email: ricardo.mm@hotmail.com

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade, onde é professora Titular. Academicamente dedicou-se, sobretudo, ao estudo da História das Mulheres e da Família e à História da População. Ambas as autoras têm reconhecida experiência em análises seriais em demografia e em questões de gênero, marca, aliás, presente no livro *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Com ele, as historiadoras pretendiam “explicitar melhor uma etapa essencial aos estudos históricos: a relação entre o historiador e a sua principal ferramenta de trabalho, o documento histórico” (p. 12), sem, no entanto, partirem de teorias *a priori*, a partir das quais se pudesse enquadrar a riqueza dos dados empíricos em modelos explicativos.

O livro é dividido em quatro capítulos, além das seções de praxe, introdução e considerações finais. O primeiro capítulo, *O documento e sua História*, foi dividido em três tópicos, 1) *O documento na História: as primeiras aproximações*, no qual se pretendeu expor como o documento “vem sendo apreendido ao longo do tempo” (p. 19). As autoras efetuaram uma classificação peculiar, incluindo pensadores gregos e romanos em “certa tradição”, a historiografia pagã. Em seguida teria se estabelecido uma “nova História” com o cristianismo, com a vinculação entre História e propagação da fé. O momento de rompimento com essa perspectiva teria advindo de uma crítica historiográfica formulada sob a influência do Renascimento e da Reforma. “Nos séculos que se seguiram” enfatizou-se a busca pela fidedignidade das fontes, valorizando-se os documentos oficiais, o que teria demandado a instituição de arquivos e o recurso à Heurística, à Paleografia, à Diplomática, à Epigrafia, à Arqueologia e à Filologia. Do enfoque geral ao restrito ao Brasil, as autoras associam essa interpretação da história e documento às posições dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). 2) *O documento na visão dos historiadores nacionais pioneiros*, no qual se expõe as vinculações entre o historicismo, o positivismo e o IHGB. O documento escrito, oficial e legítimo seria o que afiançaria e forneceria credibilidade à história enquanto ciência. Dois autores são mencionados como importantes para o pensamento histórico dos oitocentos: Varnhagem, que “promoveu o culto da ordem e de personalidades” (p. 29), pautando-se nos aspectos político-administrativos e Capistrano de Abreu, o qual teria executado a crítica dos documentos e quem teria inovado pela interdisciplinaridade. 3) *As bases científicas do trabalho como registro histórico*, no qual as autoras destacam a fundação das universidades em São Paulo e Rio de Janeiro como um “marco na profissionalização do ofício do historiador no País” (p. 33). Além disso, alguns autores são, brevemente, analisados pela preocupação que tinham em pensar e compreender a formação da sociedade brasileira e por se apropriarem, cada qual à sua maneira, de métodos científicos no “trato do documento histórico”, quais sejam,

Alcântara Machado, G. Freyre, S. B. de Holanda, Caio Prado Jr. e Oliveira Viana (este teria negado a relevância do documento e buscado legitimidade científica nas ciências “exatas” e na filosofia da história).

O segundo capítulo, *A historiografia recente e a pesquisa multidisciplinar*, tem como ponto de partida o conjunto de fatores que alteraram o “olhar do historiador” brasileiro no século XX: transformações sócio-políticas, difusão dos cursos de pós-graduação, esgotamento de modelos interpretativos. Tudo isso propiciou uma reflexão a respeito do ofício e da emergência de “novos objetos, novas abordagens e novos problemas”, e, simultaneamente, o uso de novas fontes e a “necessidade de se recorrer metodologicamente às áreas afins, tais como a Demografia, a Economia, a Antropologia, a Sociologia e a Literatura, entre várias outras”(p. 43). Dois tópicos dão seqüência ao capítulo: 1) *Matrizes teóricas e vertentes de reflexão*, no qual as autoras identificaram a década de 1950 no Brasil como o início de uma nova fase do pensamento historiográfico, especificamente a obra de Maria S. C. Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*, tese de doutorado defendida na década de 1960. A renovação historiográfica brasileira passou a pesquisar minorias, excluídos, a investigar novas fontes, a fazer recortes menores, ir ao micro. Entretanto, tal renovação acadêmica, de acordo com as autoras, não foi devidamente apropriada pelo Ensino de História nem reverberou em obras voltadas a um público mais amplo. Esse primeiro tópico é encerrado com algumas considerações acerca de Gilberto Freyre, o pioneirismo de suas abordagens, fontes e interdisciplinaridade, e portanto, da atualidade de suas reflexões. 2) *Novos campos da História e pesquisa multidisciplinar*, tópico no qual elegeram, não por acaso, uma temática recente da historiografia brasileira: a História da Família, surgida após a década de 1970, que se valeu de aportes teórico-metodológicos de outras disciplinas, como a Antropologia e a Sociologia – possibilitando novas análises qualitativas, por um lado – e a Demografia – que facilitou pesquisas quantitativas, por outro. É na relação entre quantidade e qualidade que esse campo, fundado em bases multidisciplinares, encontrou caminho para compor compreensões inovadoras das mulheres, das crianças, das relações entre gêneros, da sexualidade, entre outros aspectos. As inovações e a multidisciplinaridade ensejaram uma re-conceituação do documento histórico e ampliou as possibilidades de seu uso.

O terceiro capítulo, *O trabalho com o documento*, foi dividido em três partes, 1) *A pesquisa histórica e os documentos*, na qual as autoras lembram que nem todo registro histórico deverá ser considerado documento. O que o definirá serão as delimitações prévias acerca do tema, objeto, procedimentos teórico-metodológicos e os objetivos do pesquisador. Feito essas escolhas deve-se conhecer quais fontes serão pertinentes, sua disponibilidade e as circunstâncias

nas quais foram produzidas. 2) *A pesquisa em arquivos e centros de documentação*, na qual se afirma a necessidade do historiador recorrer à bibliografia sobre o tema de interesse a fim de determinar quais fontes deverão ser pesquisadas, bem como à internet e a livros como os de J. H. Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil* e de Carla Pinsky, *Fontes Históricas*.² 3) *A tipologia das fontes documentais*, terceira e última parte, em que Samara e Tupy expõem uma lista exemplificativa – não-exaustiva, portanto – de determinadas modalidades de documentos da história do Brasil, ressaltando seus aspectos formais: o que são e o que informam; período de abrangência; possíveis usos, entre outras peculiaridades de cada um. A lista completa inclui mais de vinte tipos. Como amostragem segue os cinco primeiros: a) listas nominativas de habitantes; b) recenseamentos gerais da população brasileira; c) autos de Querrela; d) registros de batismo, casamento e óbito; e) inventários.

O quarto capítulo, *A leitura crítica do documento*, foi organizado em três tópicos. 1) *A análise do documento: crítica interna e externa da fonte*, em que as autoras advertem quanto à importância de se conhecer os aspectos físicos no qual o registro foi materializado e ter sempre em conta que a decodificação de uma mensagem implica compreender o contexto preciso no qual foi produzida, lembrando aos leitores, por fim, dos elementos constituintes da teoria da comunicação: emissor, mensagem, código, meio, receptor. Uma nota de rodapé, curiosamente, remete a William Silveira. As autoras ainda prescrevem alguns cuidados, entre os quais, com o anacronismo e a distinção pelo pesquisador dos “contextos, as funções, os estilos, os argumentos, os pontos de vista e as intenções do autor [do documento]” (pp. 123-124). 2) *As fontes e as possibilidades de análise qualitativa e/ou quantitativa*, tópico no qual são relacionados um novo “olhar” do historiador, advindo, sobretudo, por intermédio da escola dos *Annales*, análise quantitativa e a preocupação com a longa duração. 3) *A construção e o uso de banco de dados*, em que se menciona os recursos e as possibilidades de uso do computador, internet e *softwares* para a organização e disseminação de fontes em banco de dados públicos e privados. A crítica das historiadoras volta-se primordialmente à ausência de organismos que centralizem tais informações, tanto qualitativas quanto quantitativas, dificultando, assim, o acesso de outros pesquisadores.

O livro como um todo traz presente a preocupação didática em compreender o documento e a pesquisa histórica em seus aspectos práticos, apresentando modalidades de documentos, centros de pesquisa, sugerindo usos do computador, pesquisa virtual e situando o leitor em um ambiente no qual não se deve esquecer do atual conceito amplo de documento, da necessidade de previamente estabelecer tema, recorte temporal e espacial, objeto de análise, conhecer a bibliografia

sobre o período e, mais precisamente, aquela pertinente ao enfoque de interesse, a fim de aclarar o caminho em busca das fontes. Sem dúvida, esses são aspectos interessantes e necessários. No entanto, eles precisam ser combinados com outras formulações, não presentes no livro, seja em suas partes, seja em sua unidade. *História & Documento e metodologia de pesquisa* fica aquém da expectativa que cria com seu título e o dos capítulos. Sendo assim, torna-se necessário considerá-lo criticamente sob dois aspectos. O primeiro, formal, diz respeito ao critério da coerência interna, isto é, a relação de conformidade, de concordância entre o que foi proposto e aquilo que foi feito. Em outros termos, entre o título – do livro/ capítulo – ou enunciado e o texto que lhe corresponde. O segundo aspecto refere-se à reduzida presença de reflexão teórica.

O título do primeiro capítulo, *O documento e sua História*, por exemplo, sugere que o documento seria pensado em sua historicidade, naquilo que o caracterizou em dado tempo, espaço e, talvez, em autores específicos. Idéia, aliás, reforçada pelos subtítulos do capítulo. Porém, optaram por uma ligeira história da historiografia, que não situou o leitor no tempo, a não ser com referências inócuas como gregos, romanos, e na qual o documento *na* história (conceito, pressupostos, características, função) atuou como um tímido figurante. Deve-se observar que esse capítulo como um todo teve como base três obras, *História da Historiografia*³, *A pesquisa histórica no Brasil*⁴ e *Historiadores do Brasil*⁵, nenhuma delas, diga-se, com preocupações estritas com o documento. Além disso, é curioso perceber o uso ajuizável de termos como “ingênuo” e “pueris”, em referência às visões de historiadores do século XIX acerca do ofício e/ ou do documento (p. 16), e adiante (p. 123) advertirem-nos quanto ao perigo do anacronismo: “Ao historiador, cabe realizar uma análise das informações obtidas sem atribuir a elas valores próprios de uma época ou de sociedade distintas”. Parece ter faltado, ainda, um pouco de precaução ao citar Langlois e Seignobos, já que o trecho selecionado (p. 16-17), em parte alguma, expressou que documento se reduzia ao registro escrito, como sugeriu o parágrafo posterior das autoras, bem como na despropositada referência a M. Bloch nas primeiras linhas. O capítulo dois, *A historiografia recente e a pesquisa multidisciplinar*, manteve a indefinição presente já no capítulo precedente, do uso da palavra história, ora se referindo à disciplina, à ciência, ora ao conjunto de fatos no tempo. Ademais, fecha-se na História da Família, o que é compreensível, haja vista ser o terreno de domínio das autoras, embora seja sempre possível questionar tal opção, já que o título e os subtítulos não previam essa especificação. Se o capítulo dois não precaveu o leitor da delimitação que faria na História da Família, o terceiro, por sua vez, desconsiderou pesquisadores cujas pretensões não coincidem com a lista descritiva e *direcionada* de alguns documentos da história do

Brasil. Não há problema algum em focar em uma linha determinada. Contudo, seria de bom tom inserir um subtítulo ao livro ou, ainda, explicar o porquê dessa escolha, indo além dos aspectos pessoais. Ao que tudo indica, a necessidade de orientar o capítulo a uma área em especial parece ser uma consequência da reduzida abstração e reflexão teórica.

Já o título do terceiro capítulo, *O trabalho com o documento*, é amplo. Poder-se-ia encaminhá-lo por percursos nos quais a reflexão seria proveitosa independente das pretensões específicas de pesquisa de um grupo. Porém, preferiu-se, entre outras, expor algumas modalidades de fontes. Arrolar tipos de documentos e usos possíveis é importante, de fato; apesar disso parece inconsistente para se pensar *O trabalho com o documento*, mesmo por que, em concordância com as autoras, cada pesquisador estabelece perguntas e objetivos a alcançar. Talvez fosse apropriado, então, mencionar pontos em comuns no trato com o documento, independente do objeto de cada historiador. No quarto capítulo, por fim, *A leitura crítica do documento*, não há qualquer conceituação do termo *crítica*, tampouco referência aos instrumentais contemporâneos de leitura textuais, tais como a Semiótica (de Peirce), a Análise do Discurso (de M. Pêcheux), a Semiologia (de Greimas ou Eco) ou as várias tendências de análise teórica da narrativa. A única menção (incompleta) nesse sentido é relativa à teoria da comunicação, originalmente formulada por Roman Jakobson, embora as autoras citem um texto *mimeo* de William Silveira. Além disso, a concepção de linguagem talvez fizesse corar autores tidos como conservadores: “[...] não é possível esquecer que um texto, primeiro e antes de tudo, é a representação física da linguagem. Ora, enquanto veículo de idéias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico” (p. 121); ou, ainda, quando sugerem que se distinga as “intenções do autor” (p.124).

Além dessas considerações pontuais, é possível ter uma visão de discordância do conjunto da obra. Em que pese à valorosa opção em focar nos aspectos práticos do documento e da metodologia de pesquisa, a abordagem carece de reflexão teórica que, nesse caso, é indispensável. Não existe conceito de documento ou método de pesquisa que não esteja ancorado, apoiado, condicionado pelas perspectivas teóricas. Mais que uma mudança no conceito de documento ao longo do tempo, mudou o modo de interpretar a história em seu acontecer e de como a ciência da história poderia apreendê-la satisfatoriamente. Alterou-se a maneira de visualizar o próprio ofício; mudam os critérios de legitimidade, de cientificidade, de função intelectual e social do conhecimento produzido pelos historiadores: a historiografia renovou-se epistêmica, estética e eticamente. A inclusão de novos materiais como fontes/ documentos para o historiador foi uma necessidade de alcançar novos domínios, novos sujeitos; a apropriação de um ou

outro método foi decidida em decorrência de pressupostos e concepções teóricas. Tanto o documento quanto o método estão, antes, sujeitos a essas novas perspectivas e formulações. É, portanto, imprescindível combinar prescrições práticas com *reflexões* teóricas, afinal, vale lembrar, o livro faz parte da coleção *História &... reflexões*.

NOTAS

² PINSKY, Carla (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

³ SILVA, Rogério F. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

⁴ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1982.

⁵ IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG/ IPEA, 2000.